

Síntese da Conjuntura A Globalização e o Modelo Chinês

Ermano Galvão

Ex-Ministro da Fazenda

O Professor Thomas Friedman, autor de “O Mundo é Plano”, considera que a Globalização deve ser considerada em três fases distintas:

I – De 1492 a 1800 – a globalização dos países, com as grandes navegações e a descoberta de novos continentes.

II – De 1800 a 2000 – a globalização das empresas.

A indústria americana compete com a européia e a asiática. A redução das barreiras fiscais e burocráticas incrementou o comércio internacional, ampliou o fluxo dos investimentos e aumentou a produtividade, em todos os setores.

III – De 2000 em diante – a Globalização dos indivíduos, repre-

sentada, principalmente, pela exportação da mão-de-obra e dos salários contidos no comércio internacional de bens e serviços.

No primeiro caso, a concorrência internacional se estabeleceu entre países, entre Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda, França e outros. Os países disputavam mercados e novas fontes de matérias primas.

Na segunda fase da globalização, a concorrência se opera entre empresas globalizadas em diferentes países ou regiões. A Volkswagen alemã abriu fábricas completas, no Brasil e no México. Empresas japonesas disputam com as americanas e as européias. São as empresas que constroem seus nichos nos mercados mundiais. As barreiras tarifárias e não tarifárias vão sendo reduzidas ou eliminadas. O comércio internacional se expande.

A globalização mais recente se caracteriza pela concorrência entre os indivíduos. O mesmo automóvel está sendo produzido por trabalhadores americanos, europeus, asiáticos ou da América Latina. Trabalhadores na Índia fazem a contabilidade de indivíduos ou empresas americanas e européias. O custo da mão-de-obra na China atrai indústrias estrangeiras. O operário indiano e o chinês trabalham nas mesmas empresas multinacionais e concorrem com trabalhadores de outros países. A globalização chegou ao nível dos indivíduos. Essa vai ser a base da grande revolução econômica do século XXI.

Até cerca de 25 anos atrás, a China figurava entre os países mais pobres do mundo, com uma população de um bilhão e trezentos milhões de habitantes, de renda *per capita* inferior a mil dólares. Hoje, a China surpreende o mundo, com uma taxa média anual de crescimento econômico próxima de 10% e uma população de mais de

300 milhões de habitantes com renda *per capita* de US\$ 3.000,00.

O desenvolvimento da China se deve, basicamente, à abertura de sua economia para o exterior, graças à visão política do Primeiro Ministro Dengh Xiaoping, que assumiu em 1977, após a morte de Mao-tsé-Tung e Chou-em-Lai. Depois de passar vários séculos isolada do mundo, a partir de 1990, a China não só abriu suas fronteiras à importação, como criou uma extensa zona franca de exportações, na faixa Leste do País, que vai praticamente de Xangai, ao Norte, a Hong-Kong e Cantão, ao Sul. Nessa zona franca estão instaladas, hoje, as 500 maiores empresas do mundo.

Qual o segredo do fantástico crescimento de economia chinesa? De um modo geral, o modelo econômico da China se assenta na abertura para o mercado internacional, baseada no forte ingresso de investimentos e tecnologia estrangeiros, atraídos pelas enormes facilidades concedidas na zona *off-shoring*. Ali, praticamente não se pagam impostos, a burocracia é mínima e o salário dos trabalhadores nas indústrias não vai além de US\$ 150 mensais; a carga horária de trabalho é, em geral, de 12 horas por dia, sem horas extras, sem férias, sem encargos sociais. O custo da produção, na China, é de cerca de 30% do custo médio da produção mundial.

Poder-se-ia dizer que o modelo econômico da China está fundado na teoria da inovação tecnológica de Schumpeter, aliada a uma **política ativa** de inserção no mercado internacional. Com um dos mais altos níveis de desemprego e subemprego do mundo, a China vem ocupando essa mão-de-obra disponível à medida em que incorpora os investimentos e a tecnologia das empresas estrangeiras instaladas em seu território. Cerca de 300 milhões de trabalhadores já estão, hoje, incorporados ao mercado e ao regime capitalista típico dos países ocidentais. Ainda há um bilhão de chineses miserá-

veis no interior rural, ansiosos para migrarem para o Leste. Isso significa dizer que a experiência chinesa de crescimento econômico ainda vai permanecer por muitos anos, enquanto houver espaço para colocar sua produção nos países importadores, ou seja, até que se levantem barreiras drásticas nos países importadores, a fim de preservar os níveis de emprego ameaçados pela concorrência imbatível.

Quais seriam as possibilidades do Brasil repetir o modelo econômico chinês? A resposta é simples: não há termos de comparação entre as duas economias. O “Custo Brasil” é pelo menos duas vezes maior que o da China, o que limita drasticamente nossa capacidade de competir nos mercados internacionais, na base de produtos manufaturados, de alto conteúdo tecnológico. Neste ano de 2006, até outubro, as exportações brasileiras de bens de capital e de consumo durável representavam apenas 30% do total, enquanto 70% se referiam a produtos minerais e da agroindústria.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

A economia brasileira (PIB) cresceu 4,9%, em 2004, 1,3% em 2005 e deverá crescer cerca de 3,0%, em 2006, o que significa um crescimento equivalente à metade dos demais países emergentes. O PIB brasileiro continuou a se expandir pouco no terceiro trimestre deste ano. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, o crescimento foi de 0,5%, o que dá 2,01% em termos anualizados. Na comparação com o terceiro trimestre de 2005, a expansão foi de 3,2%. Nos 12 meses até setembro, o PIB cresceu apenas 2,3%. E, no acumulado do ano, comparado com igual período de 2005, aumentou 2,5%.

Desde os anos 80, o PIB brasileiro arrasta-se a um ritmo entre 2% e 2,5% ao ano. Como resultado do terceiro trimestre divulgado pelo IBGE, crescem as apostas no mercado de que o PIB em 2006 não crescerá mais do que 3%, ou mesmo de que fique um pouco abaixo deste nível.

A rigor, sob o peso de uma carga tributária de 38,7% do PIB e taxas de juros de mercado as mais altas do mundo, a economia nacional deveria estar navegando em um mar de depressão. Não está, basicamente em função das exportações, que cresceram 96,0%, nos últimos três anos, e a expansão do crédito interno, a uma taxa muito acima da inflação, principalmente nos financiamentos ao comércio e às pessoas físicas, para aquisição de bens de consumo durável. Até outubro, a expansão do crédito bancário foi de 23%, seis vezes mais do que a inflação.

O Governo esperava um crescimento de 5%, em 2006, que foi uma decepção. Como vimos afirmando, a economia funciona com o “freio de mão puxado”, pelo peso da carga tributária, dos juros, da burocracia, da corrupção e da violência, urbana e rural, e não há perspectiva de melhoria. Mas o Governo está refazendo sua programação de investimentos, com vistas a elevar a expansão do PIB, a partir de 2007.

Recentemente, foi anunciada a intenção de investir R\$ 55 bilhões, até 2010, em projetos da infra-estrutura de transportes (rodovias, ferrovias e portos), e o mesmo se espera do setor privado, onde 19 grandes empresas dos setores industrial, infra-estrutura, construção civil programam investir R\$ 1,05 trilhão, entre 2007 e 2010. O Governo pretende acelerar as liberações do PPI e deslançar as concessões do PPP, segundo o BNDES. Em 2006, o volume de

cargas nas ferrovias deverá crescer mais de 7%, assinalando-se que esse crescimento se deve à iniciativa privada, desde 1997. O primeiro PPP já foi assinado, para ampliação do Metrô de São Paulo. Somente a Eletrobrás está preparando a construção de seis hidroelétricas, para operação a partir de 2010 (1.673MW).

Ao que tudo indica, o Governo vai fazer tudo para investir pesado na infra-estrutura, recolhendo recursos de onde for possível, inclusive do FGTS.

OS PODERES DA REPÚBLICA

Qualquer definição de governo democrático inclui, necessariamente, a independência dos Três Poderes da República – Executivo, Legislativo, Judiciário -, que devem atuar com autonomia, em harmonia com a defesa dos interesses nacionais.

Em várias ocasiões, na História do Brasil, foi esse harmonioso convívio que ajudou o País a crescer, a melhorar o padrão de vida de sua população e a consolidar os princípios básicos da democracia, que consagraram a soberania nacional e o merecido respeito nos fóruns internacionais.

Ao lado de uma minoria privilegiada, a grande massa dos trabalhadores foi a maior beneficiária desse processo, reforçando os alicerces constitucionais de apoio aos direitos humanos e de integração social. Ao longo dessa evolução constitucional, os trabalhadores consolidaram direitos que antes não existiam, como 13º salário, FGTS, limitação da carga horária de trabalho, descanso semanal remunerado, férias de 30 dias, assistência à maternidade, aposentadorias e pensões, assistência social em termos de educação, saúde e habitação, além de outros.

Os últimos 25 anos não guardaram consistência com os princípios constitucionais. Houve, em todos os setores, um claro desvio de finalidades, em que os objetivos da administração pública foram transferidos do geral para o particular. As disputas políticas para chegar ao Governo e assumir o poder deixaram-se corromper pela ausência de responsabilidade cívica, vaidade pessoal, desrespeito à Constituição e enriquecimento ilícito. O enriquecimento ilícito é o mote da corrupção, que invadiu a administração pública.

A democracia brasileira vem perdendo o sentido de sua pureza e dignidade. Na medida em que se afasta do relacionamento respeitoso e constitucional entre os Três Poderes, desfigura-se, transmutando-se em indisciplina administrativa, opressão à liberdade individual e coletiva, em balcão de negócios e corrupção.

A Nação brasileira está perdendo o rumo e o Estado afastando-se de suas origens e responsabilidades. *Cousque tandem, Catilina, abutere patientia nostra?*

PERSPECTIVAS

Recentemente, o Presidente Lula afirmou que, para crescer 5% ao ano, é preciso remover as “travas” representadas pelas exigências ambientais e embargos do Judiciário, pela carga tributária, pelos juros absurdos, pela burocracia do TCU e da AGU, além da legislação constitucional que assegura privilégios excessivos aos índios e quilombolas.

É por essas razões que os analistas do mercado e o IPEA, um órgão do Governo, projetam um crescimento de apenas 2,8%, para o PIB nacional deste ano e pouco mais para 2007. O País teria que inves-

tir 25% do PIB, e não 20%, para assegurar o desenvolvimento sustentado que o Governo deseja. A fim de chegar lá, o Governo precisa promover um corte profundo nos gastos públicos, tarefa extremamente difícil, tendo em vista a realidade política nacional. Mas há um caminho pelo qual o Governo poderia começar, evidentemente correndo os riscos previsíveis: seria a drástica redução das taxas de juros do Banco Central.

Indústria

O índice da produção industrial cresceu 0,8% em outubro frente a setembro e, em relação a outubro/05, teve alta de 4,8%, maior resultado desde março deste ano (5,3%). O acumulado de janeiro a outubro deste ano situou-se em 2,9% e, nos últimos 12 meses, em 2,7%.

O indicador regional do IBGE mostrou expansão em **outubro**, em seis dos 14 estados pesquisados. Goiás (5,1%), Paraná (2,3%), Rio de Janeiro (1,7%) e São Paulo (1,5%) apresentaram crescimento mais acentuado, enquanto Pernambuco (0,6%) e região Nordeste (0,5%) também apontaram aumento na produção, mas ficaram abaixo da **média nacional** (0,8%). Na contramão, Santa Catarina (-0,4%), Minas Gerais (-0,6%), Ceará (-0,9%), Bahia (-1,0%), Espírito Santo (-1,3%), Pará (-1,4%), Rio Grande do Sul (-2,8%) e Amazonas (-4,6%) registraram declínio na produção de setembro para outubro.

Pelos levantamentos da CNI, em outubro, as vendas reais da indústria cresceram 10,74%, ante igual mês do ano passado, e 1,69% sobre setembro. No acumulado de janeiro a outubro, a alta é de 1,43%. As horas trabalhadas, indicador mais diretamente associa-

do à produção, aumentaram 1,23% na comparação com setembro e 6,02%, em relação a outubro/05. No acumulado do ano, as horas trabalhadas na produção registraram alta de 1,77%. O número de empregos na indústria subiu 0,53% em outubro, em relação a setembro, e 3,28% na comparação com outubro/05. No acumulado do ano, o emprego industrial apresentou uma expansão de 1,88%.

De acordo com a FIESP, refino de petróleo e álcool, máquinas para escritório e equipamentos de informática, indústrias extrativas e máquinas, aparelhos e materiais elétricos responderam por 50% do crescimento da produção industrial, até agora.

No setor de embalagens de papelão ondulado, considerado um dos principais termômetros do ritmo da economia, os negócios até outubro acumularam um crescimento de apenas 1,7% (ABPO).

A produção da indústria automobilística perdeu força, a partir do segundo trimestre, mas continuou crescendo 4,2% de janeiro a novembro. A produção de máquinas agrícolas, diferentemente de 2005, cresceu 8,9% nesse período, enquanto as exportações totais do setor aumentaram 7,5%. A indústria eletroeletrônica apresenta, no ano, um crescimento excepcional de 14%, com destaques para os setores de informática, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Abinee informa que, de janeiro a setembro deste ano, as vendas de microcomputadores avançaram 41% em unidades, sobre o ano anterior, e as vendas de notebooks 113%. A indústria química (Abiquim) espera fechar o ano com aumento de 1,7% no faturamento.

Segundo a Abimaq, os fabricantes de **bens de capital** devem encerrar o ano com faturamento real em **queda de 5,2%**, em comparação com 2005.

Comércio

Segundo o IBGE, o volume de vendas do comércio varejista, em setembro, apresentou uma alta espetacular de 10,1%, sobre setembro/05, acumulando em nove meses do ano um crescimento de 5,8%. Tiveram expansão destacada os setores de bens duráveis, beneficiados pelo aumento do crédito: móveis e eletrodomésticos (+6%), equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação (+34,7%) e artigos de uso pessoal e doméstico (16,3%).

Em compensação, ficaram bem abaixo da média os bens semiduráveis – tecidos, vestuário e calçados, com expansão de apenas 1,7%, o mesmo que o setor de não duráveis, supermercados, setor médico-farmacêutico, combustíveis e lubrificantes, livros, jornais e revistas.

O comércio de bens, serviços e turismo do Rio deverá fechar o ano de 2006 com alta de 2% no faturamento, de acordo com a **Fecómercio-RJ**.

A crise no setor aéreo já provoca redução de 50% na venda de pacotes turísticos no País, segundo as agências de turismo, enquanto que o setor hoteleiro projeta uma redução de até 20% na ocupação de sua rede, o que pode representar prejuízo diário de até R\$ 9 milhões.

Segundo a SERASA, a inadimplência cresceu 2,6% em novembro, ante a alta de 5% registrada em outubro. Na comparação com novembro de 2005, a alta foi de 2,5%. No acumulado do ano, a inadimplência já cresceu 11,3%, em relação ao mesmo período do ano passado.

Agricultura

Confirmando suas previsões anteriores, a CONAB estima que permanecerão inalteradas as áreas plantadas de praticamente todas as culturas, com exceção da soja, que deverá recuar entre 5% e 7%, mas com aumento superior a 3% na produção. A safra de grãos esperada para 2006/07 é de 123,1 milhões de toneladas. Entre novembro 2005 e 2006, o preço da soja subiu 16% e o do milho 85%.

A dura estiagem que aflige grande parte do Nordeste é de tal ordem que várias regiões estão declarando estado de emergência. São 84 municípios no Ceará, 80 em Pernambuco, 51 no Rio Grande do Norte e 128 na Paraíba, que estão sendo abastecidos por carros-pipa do Governo federal. Até regiões do Sertão do Rio São Francisco estão padecendo com a estiagem.

Com um rebanho bovino de 207 milhões de animais, o Brasil é, hoje, o maior exportador mundial de carnes, embora haja visível perda das áreas de pastagens para os plantios de soja, de cana-de-açúcar, de eucaliptos e outros. Nos últimos 12 meses, até novembro, o agronegócio brasileiro movimentou US\$ 55,4 bilhões, sendo US\$ 48,95 bilhões de exportações e US\$ 6,49 bilhões de importações. De janeiro a novembro, houve um aumento de 4% nas exportações.

Mercado de Trabalho

Segundo o IBGE, o nível de emprego na indústria caiu 0,2% em outubro, ante o avanço de 0,5% registrado em setembro. No ano, houve queda de 0,3% e, em 12 meses, de 0,4%.

Entretanto, houve crescimento real da folha de pagamentos da ordem de 2,2% sobre o mês de setembro e de 5,3% sobre outubro/05.

Entre janeiro e outubro, foram criados 1,5 milhão de postos de trabalho com carteira assinada, assinalando-se que 96% das vagas abertas correspondem a salários de até R\$ 525,00, o que confirma um visível achatamento da renda da classe média.

O emprego na indústria paulista caiu 1,64% em novembro, segundo dados da FIESP. É a maior queda no nível de emprego do ano e representa o fechamento de 35 mil vagas. No acumulado dos 11 primeiros meses, porém, foram abertas 47 mil vagas, o que corresponde a alta de 2,27% sobre igual período do ano passado.

Inflação

Os preços por atacado continuam mais altos que os do varejo, como vimos observando ao longo do ano. Em novembro, o IPCA subiu 0,31%, enquanto o IPA-DI/FGV subiu 0,75%, acumulando, no ano, até novembro, 2,65% e 4,18%, respectivamente. O IGP-DI/FGV, que engloba maior número de bens e serviços, aumentou 0,57% em novembro e acumula, no ano, 3,52%.

Os levantamentos do DIEESE indicaram, para novembro, alta de 0,33%, com elevação de 1,91%, no ano. Segundo a **Fecomércio-SP**, os preços do varejo, na região metropolitana de São Paulo, subiram apenas 0,25%, em relação a outubro.

Setor Fiscal

Com a redução da taxa SELIC/BC para 13,25%, e perspectiva de que chegue a 12% ou menos, ao final de 2007, abre-se a possibili-

dade de uma drástica redução do montante dos juros sobre a dívida pública, que poderia cair de cerca de R\$ 158 bilhões para algo em torno de R\$ 120 bilhões, ou seja, uma economia de quase R\$ 40 bilhões. Esse seria o primeiro e mais significativo passo na direção de um ajuste fiscal viável.

Em contrapartida, se o Governo reduzir o superávit primário para 3,75% (e não 4,25%) e aumentar os investimentos em PPI de 0,2% para 0,5%, as despesas correntes do Governo federal poderão chegar a cerca de 19%, com acréscimo de 2%, em 2007. Ademais, teremos um aumento de 7,14% no salário mínimo, com repercussão direta no setor público e na previdência social.

Setor Externo

A partir de maio, o ritmo de crescimento das exportações tem sido inferior ao das importações. Em 2004, as exportações cresceram 32,0%, em 2005, 26,6% e em 2006 (até novembro) 16%. Em contrapartida, as importações estão crescendo 25%, neste ano.

Segundo o IBGE, os setores mais prejudicados pelo efeito câmbio e pela concorrência dos importados são aqueles que também estão puxando para baixo a produção industrial no acumulado do ano, como calçados (-5,75% no ano), vestuário (-5,3%) e madeira (-7,2%).